

## **A Influência do PRODETUR/RJ no Desenvolvimento Turístico das Cidades do Estado do Rio de Janeiro**

**MONICA SOBREIRA**

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*

**LEONARDO BOTELHO FERREIRA DA SILVA**

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*

**WALDIR JORGE LADEIRA DOS SANTOS**

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*

### **Resumo**

O turismo representa uma parcela importante da geração de renda, visto que compreende um conglomerado de produtos e serviços ofertados aos turistas, pertencentes a diversos setores da economia. Para o seu progresso, se faz necessária a criação de políticas públicas de turismo para promoção do setor, fomentando o mercado e propiciando o incremento de renda. Nesse sentido, em 2011, foi pactuado o Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional - PRODETUR/RJ, visando a inserção de uma pauta de investimentos para no setor turístico no Estado do Rio de Janeiro. Assim sendo, objetiva-se identificar o desenvolvimento turístico das cidades fluminenses, findos estes investimentos. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, com coleta de dados documental e bibliográficos. Empregou-se uma abordagem quantitativa, quanto à análise de dados, a fim de agrupar todos os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro em *clusters* turísticos. Foram encontrados 2 conglomerados turísticos, formados por 6 cidades, que foram também incentivadas pelo PRODETUR/RJ, e consideradas mais desenvolvidas para o turismo: Rio de Janeiro, Armação de Búzios, Paraty, Arraial do Cabo, Itatiaia e Mangaratiba. Somados, a estes municípios destinaram-se 25% dos investimentos diretamente e 20% indiretamente. Portanto, evidenciando que o programa destinou a maior parte de seus recursos no progresso de áreas já desenvolvidas turisticamente, gerando ainda mais empregos e renda para os moradores locais. Notou-se que nos anos posteriores Paraty e Rio de Janeiro tiveram a participação do turismo na economia local reduzida por falta de políticas públicas do setor na área, sugerindo que seja demandada maior atenção a estas áreas e àquelas classificadas no *cluster* 3, que são desenvolvidas turisticamente mas não propiciaram incremento na receita e melhoria na qualidade de vida da população local, objetivo principal do programa estudado.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, *Cluster* turístico, Regiões turísticas.

### 1 INTRODUÇÃO

A atividade turística torna-se cada vez mais representativa, devido a capacidade de geração de renda, correspondendo a aproximadamente 10% da produção mundial; e de empregos, produzindo mais de 230 milhões por todo o mundo (Santos & Kadota, 2012). No Brasil, o setor proporcionou R\$ 530,5 bilhões entre atividades diretas e indiretas, durante o ano de 2016 (Tomé, 2017). E, no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), no mesmo período, propiciou um incremento na receita de mais de 611 milhões de reais (SEAERJ, 2017).

O Rio de Janeiro possui um forte potencial turístico em virtude de sua natureza cultural e geográfica. Entretanto, o bloco econômico fluminense não é muito explorado devido à falta de planejamento, no que tange este segmento. À vista disto, nota-se que tal carência, inviabiliza o desenvolvimento das atividades turísticas, tornando seus efeitos insignificantes para a maioria das cidades (Marafon & Ribeiro, 2017).

A ausência de planejamento turístico próprio do ERJ levou os governantes, alternativamente, a encontrarem um consenso entre as políticas nacionais e as estaduais, de modo a desenvolver o segmento. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), o primeiro a ser implementado, buscava a conscientização, a sensibilização e a capacitação da comunidade, aludindo a importância do setor turístico na cidade (Lima, 2014). Anos mais tarde, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) surge com o propósito de estruturar, gerir e promover os principais destinos turísticos (<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>). Posteriormente, implementou-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (PRODETUR), a fim de melhorar a qualidade de vida da população através do turismo no estado ([http:// www.prodetur.rj.gov.br](http://www.prodetur.rj.gov.br)).

Por meio deste último programa, o Estado do Rio de Janeiro recebeu o mais volumoso investimento no setor até aquele momento (Lima, 2014). Em 2011 firmou-se o acordo, com duração de quatro anos, entre o estado fluminense e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), visando incentivar o progresso do setor através de aplicações realizadas, na modalidade de empréstimos, que montavam US\$ 187 milhões de dólares ([http:// www.prodetur.rj.gov.br](http://www.prodetur.rj.gov.br)).

Os incentivos recebidos através do programa em questão foram disponibilizados apenas às cidades com maior potencial turístico e localizadas a um raio de cerca de 250km da capital, compreendendo regiões litorâneas e serranas. Esta seleção, compreendeu 23 dos 92 municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro, representando apenas um quarto das cidades ([http:// www.prodetur.rj.gov.br](http://www.prodetur.rj.gov.br)). À luz disto levanta-se a seguinte questão: Quais cidades se mostraram desenvolvidas turisticamente, após investimentos do PRODETUR/RJ?

Por assim ser, esta pesquisa objetiva identificar o desenvolvimento turístico das cidades fluminenses, findos os investimentos do PRODETUR/RJ. Este estudo, de maneira secundária visa: (a) relacionar os municípios que compõem o bloco turístico fluminense; (b) comparar as cidades classificadas como turísticas com aquelas beneficiadas pelo programa do PRODETUR/RJ; e (c) averiguar a participação do turismo na economia das cidades pertencentes ao bloco turístico fluminense entre 2016 e 2018.

Esta pesquisa foi desenvolvida a fim de aprofundar o conhecimento sobre os resultados obtidos por intermédio dos investimentos do PRODETUR/RJ. Assim sendo, este estudo justifica-se por analisar os efeitos desta política pública no Estado do Rio de Janeiro. Tornando-se relevante por avaliar o desenvolvimento turístico das cidades fluminenses após o

PRODETUR/RJ, por meio de levantamentos censitários, apurados no ano de 2016, e fortalecido de evidências estatísticas.

Para a elaboração desta pesquisa utilizou-se os dados do ano de 2016, como fonte para avaliação da política pública em questão, uma vez que trata do primeiro ano após os incentivos do PRODETUR/RJ. Cabe acrescentar que outros períodos não foram contemplados nesta pesquisa e os períodos posteriores analisados serão apenas relativos as cidades identificadas como pertencentes ao bloco turístico fluminense, determinadas por meio do agrupamento de cidades com características turísticas mais relevantes, tal qual Santos, Ribeiro e Silveira (2018) fizeram.

Este estudo está dividido em cinco partes, onde a primeira inicia-se por esta introdução; seguido da revisão de literatura que dará subsídio para a elaboração da pesquisa; na sessão seguinte estarão disponíveis os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho; posteriormente os resultados obtidos por meio desta pesquisa; e por fim, as considerações finais, com sugestões para pesquisas futuras.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Políticas Públicas de turismo e suas ações norteadoras de Governo**

As políticas públicas constituem uma importante ferramenta do Estado, minimizando conflitos e desigualdades, em prol do bem-estar da coletividade (Silva, Mota, Dornela & Lacerda, 2017). Souza (2006) informa que inicialmente, eram tidas como áreas de ações exclusivas do governo, mas devido a mudanças nas demandas por parte da população, especialmente a partir dos anos 80, estas políticas ganharam maior notoriedade, mormente em países em desenvolvimento.

Cada política pública possui duas etapas: análise do problema e avaliação da solução. O processo parte da identificação do problema; com posterior formação da agenda, onde são definidas as prioridades; para que de posse destas, sejam formuladas as alternativas para sanar o problema em foco; e que é seguido da seleção da providência a ser tomada e implementada. A partir de então, posteriores avaliações são realizadas de modo a verificar o resultado obtido. Em caso de êxito o problema é extinto; caso contrário o ciclo recomeçará (Secchi, 2017).

Birkland (2010) explica que as políticas públicas são o meio pelo qual a sociedade se organiza, regula e governa. Elas guardam relações de poder entre o Estado, a população e o mercado (Pase & Melo, 2017). As políticas públicas são desenvolvidas pelos governantes de cada esfera e conectam diversos setores do governo, como é o caso do turismo que abrange questões econômicas, sociais, ambientais e de infraestrutura (Nascimento & Trentin, 2011).

A década de 1990 tornou-se um marco para o desenvolvimento turístico, uma vez que contou com a definição de uma Política Nacional de Turismo (PNT), com vistas a tornar o segmento uma fonte de renda nacional (Carvalho, 2016). Em 1993, sob o foco da PNT, foi implementado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)<sup>i</sup>, coordenado à época pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, que visava conscientizar a sociedade da importância do setor, estreitar as relações entre os entes do governo e aumentar a eficiência e eficácia dos serviços turísticos.

Em janeiro de 2003, objetivando o desenvolvimento do turismo como atividade econômica, foi criado o Ministério do Turismo (MTur), que elevou as políticas públicas de turismo a um status de estratégia de progresso social, e transformou o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)<sup>ii</sup> em um agente de promoção do país internacionalmente, através de

publicidade e apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos no Brasil (Carvalho, 2016).

O surgimento do MTur decorreu da necessidade da formulação de um modelo de gestão descentralizada e participativa que propiciasse a geração de riquezas para o país, alcançando os municípios, onde ocorre o turismo de fato, sem vínculo de hierarquia ou subordinação. Nasce então a necessidade de elaboração de políticas como: o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que buscava promover o turismo a partir da estruturação das cidades, com estratégias de enfoque social; e o Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (PRODETUR), que interligava os investimentos entre os entes em prol do progresso local e geração de riquezas (Carvalho, 2016).

Logo, o turismo passou a assumir uma posição de estratégia, por ser considerado pelos governantes como uma importante ferramenta de desenvolvimento, devido a capacidade de geração de renda e emprego que se desdobram e afetam a diversos setores, o conhecido efeito multiplicador da economia (Scott, 2011). Santos e Kadota (2012) explicam que este efeito é um índice que mede o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) causado pelo aumento da receita turística, permitindo determinar os impactos do turismo no país.

É possível verificar que este efeito se torna fundamental para o desenvolvimento do turismo em razão do ciclo contínuo de evolução local, isto é, uma vez que propicia maximização de riquezas, progresso social e melhoria de infraestrutura, os retornos são percebidos pela população local e turística.

### **2.2 Políticas Públicas de Turismo no Estado do Rio de Janeiro**

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) destaca-se nacionalmente no que tange ao desenvolvimento do turismo, uma vez que recebe muitos viajantes e torna-se uma das portas de entrada para o turista internacional, e uma das escolhas para aqueles oriundos de outras regiões brasileiras (Marafon & Ribeiro, 2017). A região recebe aproximadamente 40% dos turistas estrangeiros que visitam o país em busca de lazer; 20% dos que buscam por negócios; e 19% daquelas que viajam por outros motivos; denotando assim, sua importância em diversos aspectos e capacidade de fomento turístico<sup>iii</sup>.

Todavia, o turismo não é uma área consolidada e, portanto, apresenta um planejamento insuficiente, que nos últimos anos têm se tornado uma das estratégias políticas do estado na busca por melhores resultados (Oliveira, 2015). Contudo, cada município apresenta uma realidade turística diferente, tornando a economia relevante apenas para poucas cidades Fluminenses (Marafon & Ribeiro, 2017).

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, desde sua instituição, alude a implementação de um Plano Diretor do Turismo (PDTur), de modo a tornar um instrumento norteador de políticas públicas deste setor, que não havia sido elaborado até o ano de 1998. Neste ínterim, as políticas nacionais de turismo desenvolviam-se e de modo a realizar um alinhamento entre elas, o ERJ adota, em 2001, as iniciativas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que prezavam pelo desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política (Lima, 2014).

Outra política pública de turismo implantada no âmbito federal, com seus desdobramentos para as demais esferas, se deu através de uma grande reforma para

implementação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), em 2004, seguindo recomendações da Organização Mundial de Turismo. E, ao aderir a tal programa, o ERJ organizou todos os seus 92 municípios fluminenses em 12 regiões turísticas, integrando o Mapa do Turismo<sup>iv</sup> (Lima, 2014).

A formação de um Mapa do Turismo serve como uma ferramenta que busca orientar o desenvolvimento de políticas públicas e identificar o desempenho econômico do turismo, sob o foco da gestão, da estruturação e da promoção, de forma regionalizada e descentralizada. Cabe frisar que este mapa requer atualizações frequentes em virtude da volatilidade do bloco (MTur, 2016a).

Portanto, em 2016, foram realizadas alterações no Mapa Turístico do ERJ de modo a atualizar a ferramenta e retratar a oferta turística no estado. Assim, foram excluídas 21 cidades do Mapa: Aperibé, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Cardoso Moreira, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Itaocara, Japeri, Mesquita, Paracambi, Porciúncula, Queimados, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra, São João de Meriti, São José de Ubá, Sapucaia, Seropédica, Sumidouro, Trajano de Moraes e Varre-Sai (MTur, 2016a). Os demais municípios, agrupam-se em 12 regiões, conforme Tabela 1:

Tabela 1 Municípios que compõem o atual Mapa do Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Mapa do Turismo, 2016

Região Turística	Municípios	Quantidade
Águas do Nordeste	Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade	7
Agulhas Negras	Itatiaia, Quatis, Porto Real, Resende	4
Baixada Fluminense	Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu	5
Caminhos Coloniais	Areal, Paraíba do Sul, São José do Vale do Rio Preto, Três Rios	4
Caminhos da Mata	Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim, Tanguá	5
Caminhos da Serra	Bom Jardim, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto	7
Costa do Sol	Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema	13
Costa Doce	São Fidélis, São Francisco do Itabapoana	2
Costa Verde	Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro	5
Metropolitana	Niterói, Rio de Janeiro	2
Serra Verde Imperial	Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis	5
Vale do Café	Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras, Volta Redonda	12
<b>Total de Municípios</b>		<b>71</b>

A segmentação dos municípios em regiões turísticas nasce do conceito de que as áreas turísticas são formadas por conjuntos de cidades semelhantes entre si. À vista disto, as regiões foram organizadas estrategicamente para alavancar seu desenvolvimento, em favor do

progresso do setor turístico, estimulando portanto, o avanço local e estimulando o crescimento de emprego e renda (ERJ, 2011).

A consonância das estratégias de turismo federais com as do Estado do Rio de Janeiro tornou-se necessária a fim de promover o desenvolvimento turístico estadual. Por esta perspectiva, surge a necessidade de incentivos financeiros para potencializar a ascensão turística e proporcionar melhora na qualidade de vida dos habitantes locais. Por consequência, alinhando programas vigentes, Plano Diretor e o PRODETUR, sendo este objeto deste estudo.

### **2.3 PRODETUR/RJ: O principal investimento turístico no Estado do Rio de Janeiro**

Com vistas a formulação de ações que propiciassem o desenvolvimento turístico do estado, foi assinado em 2011, com duração de quatro anos, podendo ser aditado para cumprimento do escopo de trabalho, entre o Estado do Rio de Janeiro, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma operação de crédito, o Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional (PRODETUR/RJ), que objetiva implantar uma pauta de investimentos no local (Lima, 2014). Seu principal objetivo é:

“O PRODETUR/RJ busca potencializar a sustentabilidade da atividade turística, a partir da vocação do Estado e das atuais tendências sobre as regiões do interior do Estado e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A requalificação das regiões interiorizadas resultará na criação de novos postos de emprego, na geração de renda, na contenção dos fluxos migratórios em direção aos novos polos industriais, e na melhoria da qualidade de vida da população” ([http:// www.prodetur.rj.gov.br](http://www.prodetur.rj.gov.br)).

O PRODETUR RJ trata de uma linha de investimentos realizados na modalidade de empréstimos, que montam US\$ 187 milhões onde 40% representam contrapartida do Estado (Lima, 2014). A escolha pelas cidades que receberiam recursos advém da distância em relação a capital e seu potencial turístico, isto é, as localidades mais procuradas que distanciassem até 3 horas (aproximadamente 250 km), por deslocamento rodoviário. A principal razão para a seleção destas cidades relaciona-se à disposição dos turistas em conhecer outros municípios, desde que, evitem deslocamentos morosos ([http:// www.prodetur.rj.gov.br](http://www.prodetur.rj.gov.br)).

O território de alcance do plano foi direcionado para treze cidades litorâneas, divididas em seis conglomerados do estado, compondo oito principais sub-regiões (círculo cinza), divididas em dois polos Litoral (laranja) e Serra (verde). O primeiro é composto pelas cidades: Rio de Janeiro, Niterói, Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty, e Rio Claro; enquanto o segundo é constituído por: Itatiaia, Resende, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Barra do Piraí, Rio das Flores, Vassouras e Valença ([http:// www.prodetur.rj.gov.br](http://www.prodetur.rj.gov.br)), como pode ser visto na Figura 1.

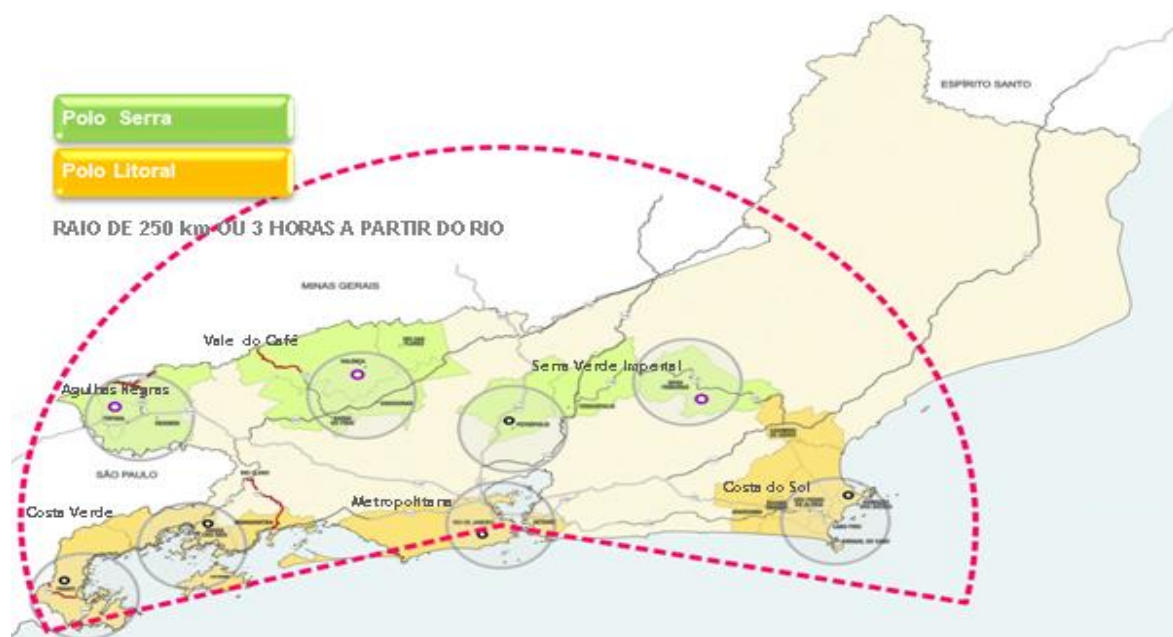


Figura 1 Mapa das cidades selecionadas para receberem investimentos do PRODETUR/RJ.  
Fonte: <http://www.prodetur.rj.gov.br/especializacaoMunicipios.asp> (Adaptado).

O objetivo do ERJ, com a assinatura do PRODETUR/RJ, além do o retorno financeiro nos cinco componentes (produto turístico<sup>V</sup>; comercialização; fortalecimento institucional; infraestrutura e serviços básicos; e gestão ambiental) — com posterior avaliação (auditoria e supervisão) — suscitariam ainda, o desenvolvimento do turismo no local. O montante investido em cada componente, pode ser percebido na Tabela 2, mencionando o valor investido por cada parte ao longo dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 (<http://www.prodetur.rj.gov.br>):

Tabela 2 Investimentos do PRODETUR-RJ segundo os componentes.  
Fonte: <http://www.prodetur.rj.gov.br/recursos.asp>

Investimento por componente	BID	ERJ	TOTAL (US\$ x 1.000)
Produto Turístico	53.800,00	32.400,00	86.200,00
Comercialização	9.000,00	-	9.000,00
Fortalecimento Institucional	9.000,00	-	9.000,00
Infraestrutura e Serviços básicos	15.000,00	40.100,00	55.100,00
Gestão Ambiental	10.100,00	2.500,00	12.600,00
Encargos Gerenciamento, Supervisão e Auditoria	5.100,00	-	15.100,00
<b>Total de Investimentos</b>	<b>112.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	<b>187.000,00</b>

Os investimentos foram distribuídos em seis regiões internas ao Estado do Rio de Janeiro: metropolitana, Costa verde, Serra Verde imperial, Vale do Café e Agulhas Negras. Esta regionalização permitiu o fomento dos principais municípios com características turísticas semelhantes localizados nestes territórios, inclusive cidades fronteiriças, que não receberam investimentos diretos do programa, mas que poderiam ser beneficiadas indiretamente (<http://www.prodetur.rj.gov.br>).

## 2.4 Cluster turístico

As tarefas de agrupamentos buscam agregar instâncias em conjuntos com características comuns, bem como define Amaral (2016). Estas análises, também chamadas de *cluster* são utilizadas em diversas áreas de estudo, incluindo o turismo. Neste caso, o chamado *cluster* turístico é entendido como um conglomerado que guarda relação com o produto do turismo localizado em uma mesma região geográfica visando ganhos mútuos (Martins, Fiates & Pinto, 2016). Beni (2003) corrobora tal afirmação:

"Cluster turístico é o conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e de cultura associativa, e com excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas" (p. 74).

Para a Organização Mundial do Turismo (MTur, 2016b) a constituição de *clusters* turísticos é uma tendência em curso em diversos países com o objetivo de promover o progresso regional e de estimular a inovação, a competitividade e o desenvolvimento econômico e social.

Os *clusters* turísticos impactam positivamente na competitividade das regiões de três formas: (a) aumento da produtividade das empresas em uma região geográfica; (b) promoção do acesso a informação especializada por meio de empresas, demarcando a direção e ritmo da inovação ao identificar necessidades específicas não atendidas ou pobremente atendidas; (c) e estimular novos negócios (Iordache, Ciochinã & Asandei, 2010). Para Fundeanu (2015), esta *clusterização* permite a junção de esforços entre as empresas do setor turístico e estimula uma maior articulação com outras instituições.

Estudos contemplando o *cluster* turístico tornaram-se uma tendência neste campo, a exemplo disto, o estudo de Moreira Filho, Nascimento & Segre (2010) analisou a formação de um *cluster* turístico no bairro de Santa Tereza no Rio de Janeiro e seu impacto no desenvolvimento local a partir da visão dos atores sociais locais, ou seja, moradores, empresários e representantes da comunidade. A pesquisa resultou em informações sobre o estágio embrionário da integração entre os personagens e o desenvolvimento local.

Outro exemplo, mais recente, é o estudo de Canto (2017), se propôs a, averiguar "a evolução do turismo nos Açores, face a Portugal Continental e à Região Autónoma da Madeira, em termos de importância, dinâmica e de eficiência do cluster turístico" (p. iii). Os resultados obtidos apontaram que muitos polos diferentes foram encontrados e todos impactam de forma positiva no desenvolvimento e na eficiência da região.

Já o estudo elaborado por Santos, Ribeiro e Silveira (2018), analisou todos os municípios brasileiros e com base nos dados de empregabilidade, quantidade de estabelecimentos turísticos, renda média do setor, trabalhadores com o ensino superior completo e o grau de especialização das atividades turísticas, determinaram a formação de *clusters*, e verificaram que 90,6% dos municípios brasileiros não possuem características turísticas.

Assim sendo, verifica-se a importância e o frequência com que a técnica vem sendo adotada, nos últimos anos principalmente. Tão logo, é possível analisar tendência de foco turístico em uma região, e a partir destas informações elaborar planos, estratégias e políticas públicas de modo a promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais. Nesse sentido, esta pesquisa valeu-se também, desta técnica visando responder o problema que dá causa a esta pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Metodologia da Pesquisa

A materialização deste trabalho se dá, quanto aos fins, através de uma pesquisa descritiva de cunho explicativa, que como define Gil (2002, p. 42), estes estudos “vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação”. Já quanto aos meios, é tida como documental, por utilizar como fonte dados contemporâneos, pesquisas estatísticas e censitárias; e bibliográfica, embasada, principalmente, em livros de leitura corrente e artigos (Marconi & Lakatos, 2003).

O tratamento dos dados será feito de maneira hipotético-dedutivo, com utilização de testes estatísticos, tratando-se, portanto, de uma pesquisa com abordagem quantitativa (Gil, 2002). Dada sua natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimento científico ou aplicabilidade prática voltada à solução de problemas específicos, opta-se pela utilização do método estatístico (Marconi & Lakatos, 2003).

Portanto, utilizou-se a técnica de agrupamentos, entendido por Porter (1998), como um meio para realizar aglomerações, no entanto, o autor destina o estudo à indústria. Não obstante, este trabalho direcionou-se ao setor de turismo, logo, utilizando o chamado *cluster* turístico, que é composto por um grupo de atores relacionados ao produto do turismo visando obtenção de ganhos coletivos (Beni, 2003; Martins et al., 2016).

#### 3.2 Base de dados e meios de tratamento das variáveis elencadas

A análise do *cluster* turístico, por agregar as variáveis com características semelhantes, é calculada através de medidas de distância, indicando que quanto maior a semelhança as variáveis pertencerão ao mesmo conglomerado (Hair Jr., Anderson, Tathan & Black, 2005; Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). Para a análise dos dados foi utilizada a metodologia hierárquica, a fim de definir a quantidade de grupos a serem formados utilizando o método de encadeamento. Na sequência, utilizou-se o método não-hierárquico de Ward para agrupar as cidades do estado do Rio de Janeiro, alicerçados em seis variáveis distintas.

Tomé (2017) explica que o mercado hoteleiro é o principal elemento na cadeia produtiva do turismo, por suas fontes de renda advirem de hospedagem, lavanderia, alimentação, entre outros, o que movimenta os demais setores da categoria. À vista disto, a razão entre empregos neste segmento e a empregabilidade total do turismo municipal ( $E_{ht}$ ); e a relação entre a renda média dos trabalhadores do setor hoteleiro e a média do segmento turístico ( $R_{ht}$ ), foram considerados para este estudo.

No que tange a representatividade do mercado turístico foram utilizadas a quantidade de estabelecimentos turísticos das cidades para cada mil habitantes ( $Est_t$ ); quantitativo de empregos em atividades turísticas em proporção ao emprego total na cidade ( $E_{ta}$ ); e a renda média das atividades turísticas na cidade em relação à média do turismo no Estado ( $R_{te}$ ), como forma de analisar os fatores determinantes para análise do mercado turístico local em 2016

A última variável a ser considerada neste estudo foi o quociente locacional ( $QL_{tur}$ ), que mede a especialização produtiva da região, em outras palavras, este índice visa comparar a quantidade de empregos decorrem turismo local em relação às ocupações no setor do turismo estadual, conforme a fórmula (1) abaixo. Este fator que assumirá valores maiores ou iguais a 1, caso setor seja considerado especializado (Saraiva, Andrade, Oliveira & Luz, 2020). Cabe alhear

que Olivares e Dalcol (2014) relatam que para o alcance de um alto nível de desenvolvimento em determinado campo, o coeficiente deve ser maior ou igual a 5. Destarte, esta pesquisa classificou a expertise do turismo das cidades que compõem o Estado do Rio de Janeiro em três grupos, sendo eles: turismo não especializado ( $<1$ ); turismo especializado ( $\geq 1$ ) e turismo altamente especializado ( $\geq 5$ ).

$$QL_{tur} = \frac{E_i^t / E_i}{E_{RJ}^t / E_{RJ}} \quad (1)$$

Onde:

$E_i^t$  = Empregos na atividade turística da cidade  $i$ .

$E_i$  = Empregos totais na cidade  $i$ .

$E_{RJ}^t$  = Empregos na atividade turística no Estado do Rio de Janeiro

$E_{RJ}$  = Empregos totais no Estado do Rio de Janeiro

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

### 4.1 Análise dos dados do Turismo no Estado do Rio de Janeiro

Com base nas informações coletadas através do portal Extrator de Dados (<http://extrator.ipea.gov.br/>), de todos os noventa e dois municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro, a Tabela 3, apresenta um resumo descritivo-estatístico da situação local, a partir dos índices elencados para esta pesquisa.

Tabela 3 Estatística descritiva dos índices selecionados para a pesquisa. Fonte: Elaborado pelos autores.

Sumarização	E_ht	R_ht	Est_t	E_ta	R_te	QL_tur
Média	0,2067	0,8550	0,5000	0,0707	0,7313	0,9127
Desvio Padrão	0,1924	0,3389	2,3885	0,0750	0,1258	0,9738
Mínimo	0,0000	0,0000	0,0080	0,0035	0,3676	0,0445
Máximo	0,8333	1,3724	22,9180	0,4799	1,2261	6,0886

Respalado pelos resultados obtidos com o primeiro índice ( $E_{ht}$ ), infere-se que dentre as atividades típicas de turismo (alimentação, passagens, aluguel de transporte, agências de turismo, alojamentos, cultura e lazer), o setor hoteleiro corresponde, em média, por 20% da empregabilidade no ramo. Ademais, na maioria das cidades a empregabilidade concentra-se em até 40%, percebendo assim uma homogeneidade quanto a este índice, vide Figura 2. Vale frisar que 10 cidades fluminenses o ramo de hotelaria é inexistente (Carapebus, Cardoso Moreira, Comendador Levy Gasparian, Duas Barras, Japeri, Laje do Muriaé, Rio Claro, São José de Ubá, São Sebastião do Alto e Sumidouro). Em contrapartida, o município de Engenheiro Paulo de Frontin emprega mais de 80% dos trabalhadores do turismo no segmento hoteleiro, ainda que a disponibilidade deste segmento seja pouca, caracteriza um relevante polo ocupacional no setor turístico local.

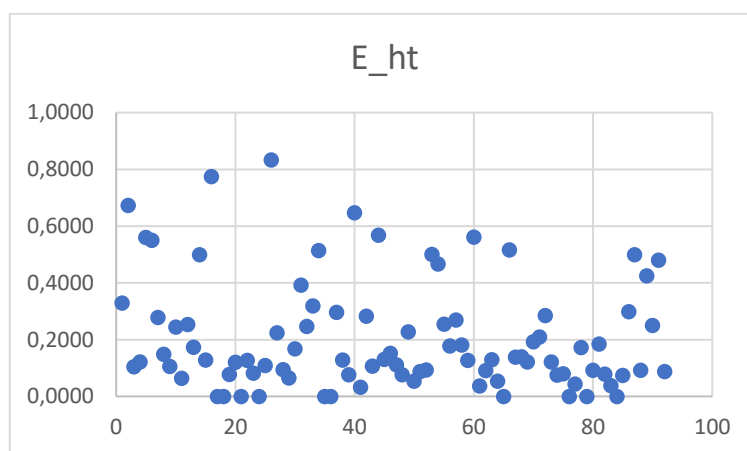


Figura 2 Gráfico de Dispersão relacionado ao índice E\_ht. Fonte: Elaborado pelos autores.

O próximo indicador (R\_ht) aduz que os trabalhadores do setor hoteleiro, apesar de representativa, ganham aproximadamente 15% menos do que a média do salarial do mercado de turismo local. Verificou-se ainda que tal tendência é repetida nas demais cidades, contudo cabe apontar que os *outliers* estagnados em 0, que representam os 10 municípios supramencionados que em razão da inexistência de estabelecimentos hoteleiros, como mostra a Figura 3. O destaque aqui fica a cargo da cidade de Varre-Sai, onde os salários médios no turismo montavam R\$ 794,25, razão esta que explica os maiores rendimentos no ramo hoteleiro.

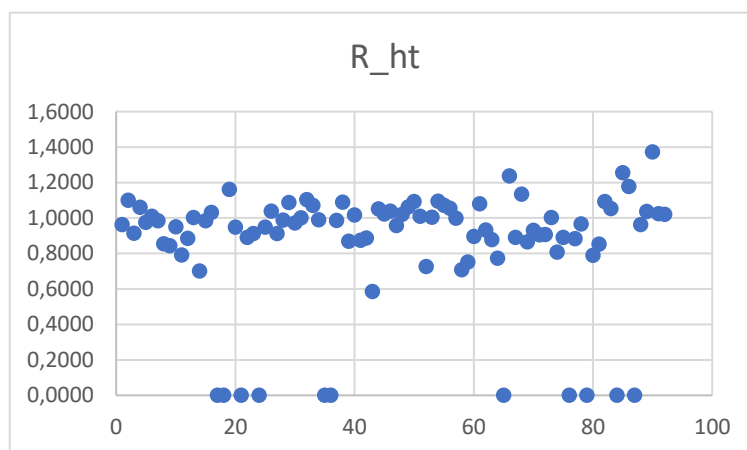


Figura 3 Gráfico de dispersão relacionado ao índice R\_ht. Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificou-se portanto, após análise dessas variáveis, a influência do segmento hoteleiro no ramo turístico nas cidades fluminenses, nas quais a representatividade deste setor é alta, sendo as atividades, em geral, que mais empregam. Contudo, de maneira genérica, os profissionais do segmento de transportes (aéreo, principalmente) e agenciadores de viagens, auferem os maiores salários do segmento turístico.

Seguindo, (Est\_t) revela a existência de menos de um estabelecimento turístico por mil habitantes. Esta informação reflete uma tendência para a maioria das cidades, a exceção de uma, como pode ser visto na Figura 4. Nota-se a presença de um *outlier*, sendo representado pela

cidade do Rio de Janeiro, que dispõe de mais de 22 estabelecimentos turísticos para cada mil habitantes, enquanto Carapebus, com menor índice, possui um total de 14 estabelecimentos em toda a cidade, composta por aproximadamente 15 mil habitantes. Cabe destacar que apesar do número expressivo de instalações turísticas, despontando em relação aos outros municípios, tal quantitativo apresentado pela capital reflete apenas 8% do total de economias presentes na cidade, diferentemente de Paraty onde o grupo comercial turístico local é responsável por cerca de 37% do total de estabelecimentos.

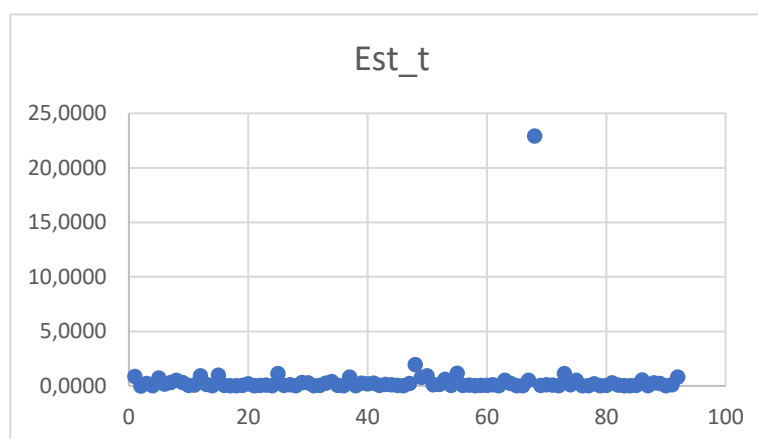


Figura 4 Gráfico de dispersão relacionado ao índice Est\_t. Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, ( $E_{ta}$ ) retrata que o turismo emprega, em média, 7% dos trabalhadores ativos, considerando o mercado formal. E este cenário se reflete nas demais cidades. Cabendo sobrelevar os municípios de Trajano de Moraes, com o menor desempenho empregatício assegurado pelo turismo; e de Arraial do Cabo, Itatiaia, Mangaratiba, Paraty e Armação de Búzios, que seguem na contramão da tendência estadual, revelando sua importância turística ocupacional nestas. Sendo Armação de Búzios a mais representativa, com proporção de cerca de 50%, como pode ser observado na Figura 5.

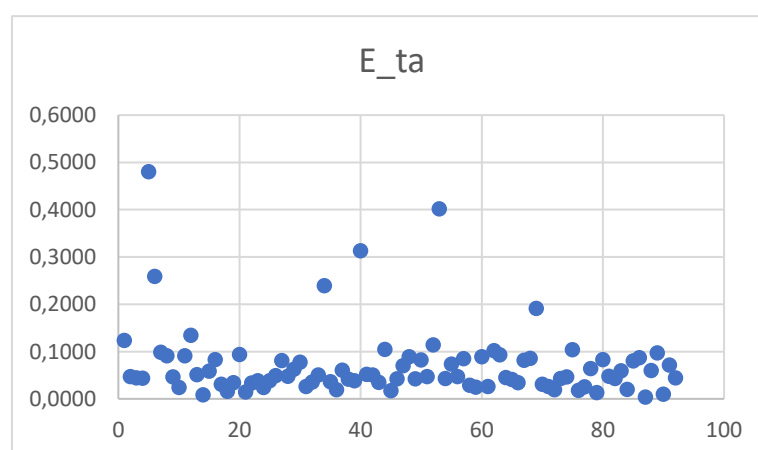


Figura 5 Gráfico de dispersão relacionado ao índice  $E_{ta}$ . Fonte: Elaborado pelos autores.

A renda média mensal dos trabalhadores do setor do turismo, no ERJ, em 2016, foi de R\$ 1.730,12 (<http://extrator.ipea.gov.br/>). Com base nesta informação, percebe-se que ( $R_{te}$ ), em média, os trabalhadores do segmento auferem rendimentos 27% menores em relação ao valor em pauta. No entanto, o ano de 2016 foi marcado pelas Olimpíadas do Rio, em meados do ano, distorcendo a realidade financeira do setor, que demandou a contratação de profissionais especializados propiciando aumento do salário percebido, durante o evento. Considerando a média salarial após o período (dezembro/2016), retrata-se uma nova estimativa salarial de R\$ 1.265,27, ocasionando uma queda de 26%, denotando que a causa do aumento deu-se em virtude do acontecimento. Deve ser realçado que Trajano de Moraes e Mesquita apresentaram os menores e maiores salários no setor, respectivamente. Esta última alcançou o resultado em pauta devido aos altos salários auferidos pelos trabalhadores das 254 agências de turismo sediadas no local, vide Figura 6.

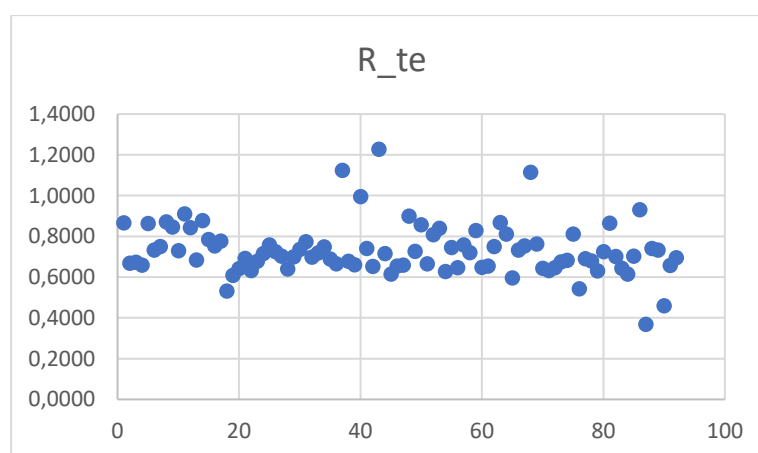


Figura 6 Gráfico de dispersão relacionado ao índice  $R_{te}$ . Fonte: Elaborado pelos autores.

Por último, (QL) determinou-se a expertise do turismo local, acentuando a necessidade de desenvolvimento turístico, reforçando a inevitabilidade de instauração de políticas públicas deste segmento, uma vez que 63 das 92 cidades do estado se revelaram não especializadas turisticamente. Contudo, não é uma realidade absoluta, uma vez que Armação de Búzios e Paraty se mostram altamente desenvolvidas, como define Olivares e Dalcol (2014), em razão de seu QL ser superior a 5. Cabendo evidenciar ainda, as cidades de Arraial do Cabo, Mangaratiba e Itatiaia, com índice superior a 3, denotando potencial turístico de tornarem-se altamente desenvolvidas, como pode ser visto na Figura 7. E na contramão a cidade de Trajano de Moraes apresentou o menor índice de desenvolvimento turístico do Estado, contudo vale lembrar que a cidade foi excluída do Mapa do Turismo do Estado, uma vez que a evolução do segmento não se mostrou viável na região. Residualmente, as outras 24 cidades, mostraram-se especializadas, porém necessitam de desenvolvimento para que obtenham um desempenho melhor e alcancem o objetivo do PRODETUR/RJ de progresso turístico e melhoria da qualidade de vida dos residentes.

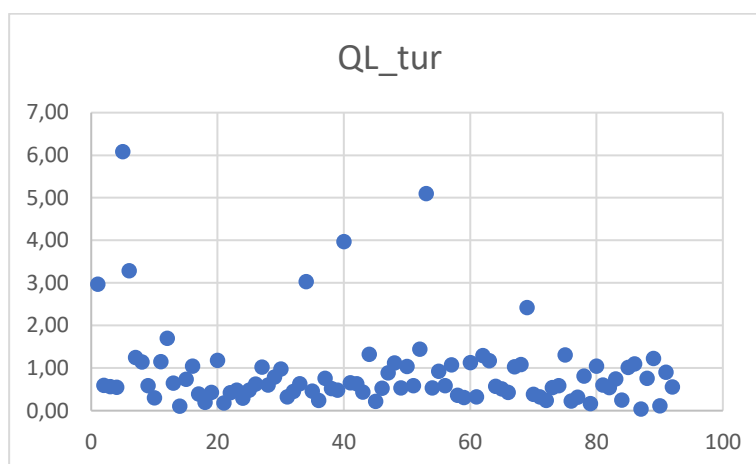


Figura 7 Gráfico de dispersão relacionado ao índice QL\_tur. Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4.2 Análise do cluster turístico no Estado do Rio de Janeiro

Com auxílio do *software* R procedeu-se à análise do *cluster* turístico do Estado do Rio de Janeiro. Deste modo, com a finalidade de identificar o número de agrupamentos, Fávero et. al (2009) frisa que um critério útil para tal, se dá através da utilização do método não-hierárquico, no qual o momento imediatamente anterior a pulverização maior dos resultados é identificado. Nesse sentido, assim como Santos, Ribeiro e Silveira (2018), uma linha tracejada azul foi inserida no exato ponto que descreve Fávero et. al (2009), marcando assim a quantidade de agrupamentos selecionados para esta análise, como pode ser observado na Figura 8.

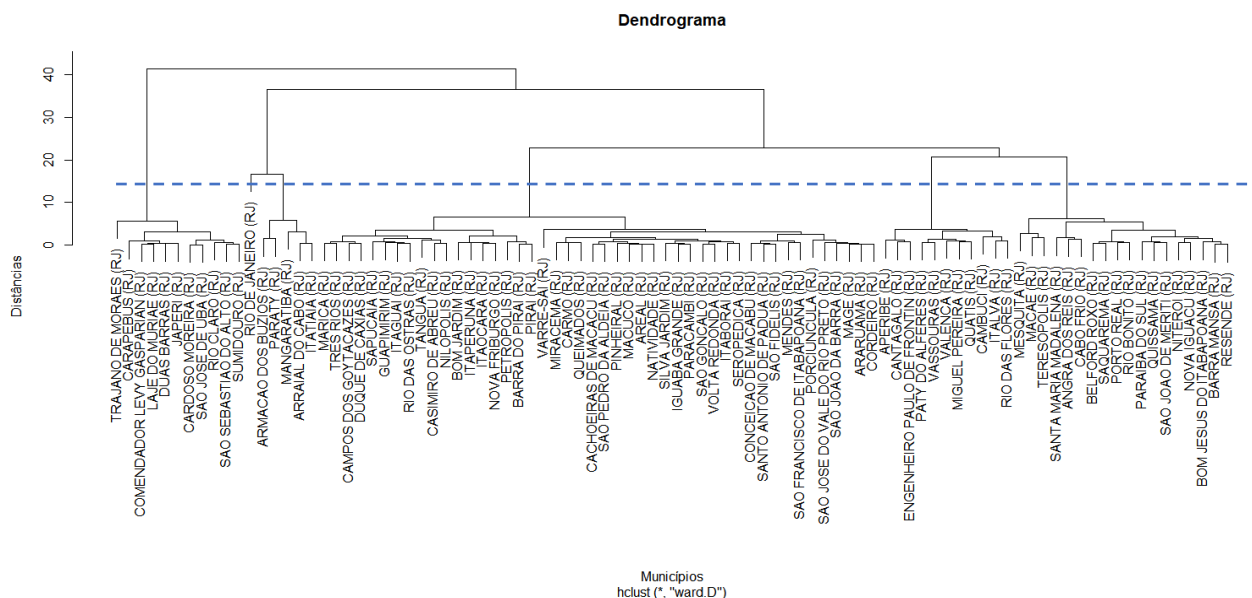


Figura 8 Dendrograma para seleção de quantidade de *clusters*. Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base no Dendrograma e na linha traçada (Figura 8), como sugere Fávero et. al (2009), foi possível identificar 6 *clusters* turísticos. Atentando que uma clusterização efetiva só seria possível com a formação de no mínimo 4 clusters, conforme os dados extraídos da análise.

#### 4.2.1 Cluster 1

O *cluster* 1, é composto pelas 42 cidades: Araruama, Areal, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Carmo, Casemiro de Abreu, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duque de Caxias, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Itaguaí, Itaoca, Itaperuna, Macuco, Magé, Maricá, Mendes, Miracema, Natividade, Nilópolis, Nova Friburgo, Paracambi, Petrópolis, Pinheiral, Porciúncula, Queimados, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São Gonçalo, São João da Barra, São José do Vale do Rio Preto, São Pedro da Aldeia, Sapucaia, Seropédica, Silva Jardim, Tanguá, Três Rios, Varre-Sai e Volta Redonda. Os municípios que compõem este *cluster* não são considerados turísticos, uma vez que são as cidades que menos propiciam geração de emprego e renda a partir do turismo no Estado.

Estes municípios possuem um baixo índice de desenvolvimento turístico, salientando que destes, 10 foram excluídos do Mapa do Turismo do Estado, em virtude da falta de desenvolvimento. Vale ressaltar que neste conglomerado, as cidades de Cachoeiras de Macacu, Casemiro de Abreu, Nova Friburgo, Petrópolis e São Pedro da Aldeia, receberam os incentivos do PRODETUR/RJ, contudo o montante recebido não foi suficiente para que o turismo se desenvolvesse. Necessitando portanto, de políticas públicas de turismo para ampliação dos resultados e consecução dos objetivos de progresso turístico nestes locais.

#### 4.2.2 Cluster 2

O cluster 2 é formado pelas 11 cidades: Aperibé, Cambuci, Cantagalo, Engenheiro Paulo de Frontin, Italva, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Quatis, Rio das Flores, Valença e Vassouras. Apesar de apresentar realidades diferentes, as cidades não são classificadas como *cluster* turístico, já que algumas, mesmo com potencial ainda não conseguem propiciar geração de riquezas oriundas do turismo e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida dos residentes.

Assim como no *cluster* 1, Aperibé e Cantagalo foram excluídas do Mapa do Turismo do estado, contudo, foram agrupadas no segundo conglomerado por apresentarem um coeficiente de desenvolvimento maior do que aquele alcançado pelos municípios do outro grupo. Sendo possível observar que Cantagalo possui potencial turístico quanto a sua estrutura, caso fossem inseridas políticas públicas de turismo no local. Por outro lado, Vassouras e Rio das Flores, incentivadas pelo PRODETUR, não lograram êxito quanto ao desenvolvimento turístico. Contrariando isto, Valença mostrou-se evoluída quanto ao turismo, contudo a falta de políticas públicas, impediu o desenvolvimento financeiro do turismo.

#### 4.2.3 Cluster 3

O *cluster* 3 é constituído por 22 cidades: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, Mesquita, Niterói, Nova Iguaçu, Paraíba do Sul, Piraí, Porto Real, Quissamã, Resende, Rio Bonito, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena, São João de Meriti, Saquarema e Teresópolis. Não sendo considerados como *cluster* turístico, mesmo os municípios sendo considerados desenvolvidos turisticamente, os níveis de geração de emprego e renda continuam baixos,

assemelhando-se aos outros *clusters*. Todavia, com potencial a tornar-se um conglomerado turístico mediante implementação de políticas públicas para o desenvolvimento das cidades.

Ainda que Teresópolis, Resende, Niterói, Cabo Frio, Barra do Piraí e Angra dos Reis tenham sido incentivadas pelo PRODETUR/RJ e obtido um retorno quanto ao desenvolvimento turístico da região, o objetivo do programa quanto a melhoria da qualidade de vida da população local não foi atendido em razão dos salários abaixo da média, e a baixa empregabilidade no setor que representa cerca de 8%. Observa-se que Angra dos Reis é a cidade que mais se destaca por alcançar um QL próximo a 3, todavia necessitando aprimorar a geração de riquezas local através do turismo.

Destoando destas cidades, Campos dos Goytacazes, Mesquita e São João de Meriti, excluídas do Mapa do Turismo, com desenvolvimento no setor pequeno, contudo, alcançaram resultados econômicos em produtos turísticos similares ao restante do grupo. Portanto, tais localidades denotaram um potencial comercial produtivo na economia, porém significativo.

#### 4.2.4 Cluster 4

Já o *cluster* 4 estabelecido pelos 11 municípios: Carapebus, Cardoso Moreira, Comendador Levy Gasparian, Duas Barras, Japeri, Laje do Muriaé, Rio Claro, São José de Ubá, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes, não recebe a classificação de turístico, pois apresentaram os piores desempenhos turísticos do ERJ, formado pela maioria das cidade excluídas do Mapa do Turismo. Excetuada pela cidade de Rio Claro, incentivada pelo PRODETUR/RJ, porém com o pior resultado obtido.

#### 4.2.5 Cluster 5

Enquanto isto, o *cluster* 5 surge com o agrupamento de 5 cidades consideradas como um *cluster* turístico: Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Itatiaia, Mangaratiba e Paraty. Estas foram as cidades mais desenvolvidas turisticamente, com maior representatividade turística na economia, auferindo emprego e renda em relação à média do estado. Dentre estas, Armação de Búzios e Paraty mostraram-se altamente desenvolvida, enquanto as demais trilham o mesmo caminho, visto que todas apresentaram um QL superior a 3.

#### 4.2.6 Cluster 6

O *cluster* 6 contém apenas a capital, Rio de Janeiro. Diferentemente das outras cidades, apesar de ser considerada desenvolvida turisticamente, o fator geração de emprego e renda turística e não-turística, foi o fator que levou a cidade a possuir características únicas e divergentes das demais, formando este *cluster* unitário. A cidade, é vista como a porta de entrada no estado como aborda Marafon & Ribeiro (2017), fruto disto a capital recebeu mais de 13% dos investimentos totais do programa, sendo a cidade mais incentivada pelo PRODETUR/RJ, e alcançando resultados satisfatórios através dos investimentos realizados.

### 4.3 Bloco Turístico Fluminense

É possível observar que apenas os *cluster* 5 e 6 foram considerados turísticos, formados por 6 cidades. Somados, estes municípios receberam diretamente 25% dos recursos totais do PRODETUR/RJ, além de participar indiretamente de 20% do saldo remanescente do

financiamento. Dada a relevância de tal bloco, procedeu-se a análise da participação turística destas cidades na economia local ao longo dos anos de 2016-2018, vide Figura 9.

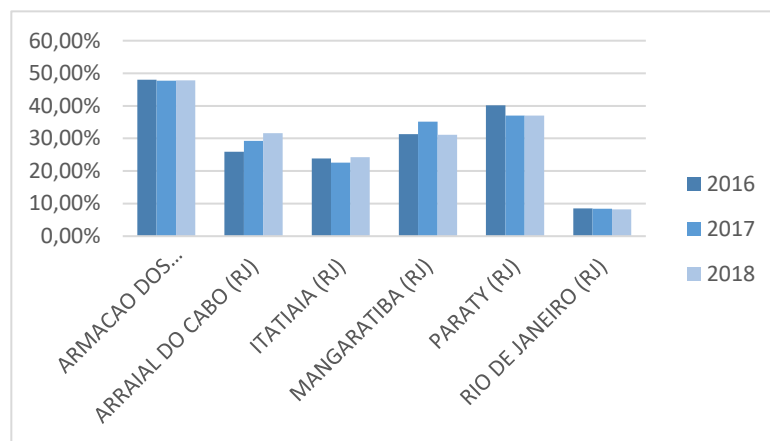


Figura 9 Participação do turismo na economia do *cluster* turístico. Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da Figura 9, nota-se que cada cidade apresentou um comportamento diferente no que tange a participação do turismo na economia local. A cidade de Armação de Búzios mante-se estabilizada, enquanto Arraial do Cabo apresentou um desenvolvimento do turismo. O ano de 2017 trouxe uma queda da participação das atividades turísticas para Itatiaia e no contrafluxo um aumento para Mangaratiba, contudo, o ano seguinte para ambas repetiu os feitos de 2016. Em Paraty, após uma queda ligeira queda na participação, estabilizou-se. Por último, na capital do estado, a tendência de queda é alarmante, passados os grandes eventos sediados na cidade, é indispensável a elaboração de políticas públicas locais que propicie o progresso da área, dado que a cidade se mostrou com maior potencial de proporcionar melhores condições de vida para os moradores em razão da capacidade de geração de riquezas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar o desenvolvimento turístico das cidades fluminenses, findos os investimentos do PRODETUR/RJ. O programa visou propiciar uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes a partir do desenvolvimento do turismo local (Lima, 2014). Logo, notou-se que mesmo com os incentivos proporcionados, 74% das cidades incentivadas não lograram êxito no alcance do objetivo do programa, uma vez que não se tornaram desenvolvidas ou tampouco propiciaram incremento de receita na economia que melhorassem a qualidade de vida populacional.

Contudo, seis cidades destacaram-se formando o bloco turístico do estado do Rio de Janeiro. Este grupo obteve mais de 40% dos investimentos diretos e indiretos oriundos do PRODETUR/RJ, demonstrando resultados crescimento do setor nos anos subsequentes para Arraial do Cabo; estabilização econômica-turística em Armação de Búzios, Itatiaia e Mangaratiba; e devido à falta de inovação de políticas públicas locais, um decréscimo da presença turística nos municípios de Paraty e do Rio de Janeiro, requerendo atualização e adaptação a realidade atual de ambas as cidades.

Infere-se que se faz necessária a formação de uma agenda vise solucionar o problema (Secchi, 2017) da ausência de políticas públicas locais de turismo e que permitam o

desenvolvimento turístico destas localidades. Assim, as atenções devem ser voltadas, principalmente, às cidades elencadas no *cluster* 3, as quais possuem potencial turístico contudo, não alcançaram o patamar de propiciar incremento financeiro e qualidade de vida para a população. Com políticas públicas de turismo eficazes nestas regiões poderão aperfeiçoar-se e integrar o *cluster* turístico do Estado do Rio de Janeiro. Isto posto, o bloco turístico do Estado do Rio de Janeiro mostrou-se pequeno, fazendo necessária à sua expansão, de modo que através de programas, incentivos e políticas públicas de turismo melhorem a qualidade de vida dos habitantes através de infraestrutura, geração de emprego e aumento da receita local.

A pesquisa apresentou limitações quanto aos anos de análise posterior e dados anteriores a instalação do PRODETUR/RJ, todavia sugere-se que para estudos futuros o período de análise posterior seja ampliado, incluindo outros programas e confrontando os resultados, além de uma análise dos efeitos de outras políticas públicas de turismo implementadas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, F. (2016). *Introdução à ciência de dados: mineração de dados e Big Data*. Rio de Janeiro: Alta Books.

Beni, M. C. *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira* (1a ed.). São Paulo: Aleph, 2003.

Birkland, Thomas. (2010). *An Introduction to the Policy Process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making*. 3rd ed. Armonk: M.E. Sharpe, Inc..

Canto, A. S. M. T. (2017). Importância, dinâmica e eficiência do cluster do turismo nos Açores: análise comparada com a realidade nacional e com a da Madeira. 2018. 101 p.. (Dissertação de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais). Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2017. [Consult. Dia Mês Ano]. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10400.3/4615>](http://hdl.handle.net/10400.3/4615).

Carvalho, G. L. (2016). Perspectiva Histórico-Institucional da Política Nacional do Turismo no Brasil (1934-2014). *Mercator (Fortaleza)*, 15 (1), 87-99.

Fávero, L.P.; Belfiore, P.; Silva, F.L.; Chan, B.L. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Campus, Rio de Janeiro, 2009.

Fundeanu, D. D. (2015). Innovative Regional Cluster, Model of Tourism Development. *Procedia Economics and Finance*, 23, 744-749.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Hair Jr, F.F., Anderson, R. E., Tathan, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise multivariada de dados*. Bookmas, Porto Alegre.

Iordache, C., Ciochinã, I. & Asandei, M. (2010). Clusters – Tourism Activity Increase Competitiveness Support. *Theoretical and Applied Economics*. 18(5), 99-112.

- Lima, V. M. de S. Gestão Pública Do Turismo No Estado Do Rio De Janeiro: Dilemas E Perspectivas. *Revista Sistemas & Gestão*, v. 9, n. 3, 2014, pp. 356-368.
- Marafon, G. J., & Ribeiro, M. A. (2017). *Revisitando o território fluminense VI*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, C., Fiates, G. G. S., & Pinto, A. L. (2016). A relação entre os clusters de turismo e tecnologia e seus impactos para o desenvolvimento local: um estudo bibliométrico da produção científica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10(1), 65-88.
- Moreira Filho, M., Nascimento, R. P., & Segre, L. M. (2010). Cual es el papel del turismo en el desarrollo local? Un análisis crítico del cluster turístico de Santa Tereza - RJ, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 19 (5), 812-834.
- MTur, Ministério do Turismo (2016a). *MTur divulga novo Mapa do Turismo Brasileiro*. Recuperado em 20 abr. 2019 em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6456-mtur-divulga-novo-mapa-do-turismo-brasileiro.html>
- MTur, Ministério do Turismo (2016b). *Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro*. Recuperado em 20 jun. 2019 em <http://www.turismo.gov.br/sem-categoria/5854-categoriza%C3%A7%C3%A3o-dos-munic%C3%ADpios-das-regi%C3%B5es-tur%C3%ADsticas-do-mapa-do-turismo-brasileiro.html>
- Nascimento, L. L. do, & Trentin, F.. (2011). Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural na Praça XV de Novembro - Rio de Janeiro, RJ. *Interações (Campo Grande)*, 12(2), 161-173.
- Olivares, G. L.; Dalcol, P. R. T. (2014) Avaliação da contribuição de aglomerados produtivos para o desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro. *Production*, 24(4), 833-846.
- Oliveira, F. G. (2015). O turismo na agenda das políticas urbanas na contemporaneidade: uma análise sobre os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro (1996-2012). *Caderno Virtual de Turismo*, 15(3), 263-275.
- Pase, H. L., & Melo, C. C.. (2017). Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 312-329.
- Santos, G. E. de O., & Kadota, D. K. (2012). *Economia do turismo*. São Paulo: Aleph.
- Santos, F. R. dos, Ribeiro, L. C. S., & Silveira, E. J. G. da. (2018). Caracterização das atividades turísticas nos municípios brasileiros em 2015. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(2), 65-82.

Saraiva, A., Andrade, G., Oliveira, N., & Luz, R. (2020). Alocação Espacial e Associações Geográficas das Micro e Pequenas Empresas nos Setores Produtivos da Microrregião de Imperatriz-Ma, Brasil. *Gestão & Regionalidade*, 36(107).

SCOTT, N. (2011). *Tourism policy: A strategic review*. Goodfellow Publishers, Oxford, 2011.

SEAERJ. (2017). Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro. *Panorama do Turismo no Estado do Rio de Janeiro*. Recuperado em: 10 jun. 2019 de <https://seerj.org.br/2017/05/26/panorama-do-turismo-no-estado-do-rio-de-janeiro>.

SECCHI, L. (2017). *Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de soluções*. 2ª Ed. São Paulo: Cengage.

Silva, A. G. F. Mota, L. A., Dornelas, C. S. M. & Lacerda, A. V. (2017). A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. *Revista Debates*, 11(1), 25-42.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45.

Tomé, L. M. (2017). *Turismo no Nordeste: aspectos gerais*. Caderno Setorial Etene, 2 (20), 1-7. Recuperado em: 19 jun. 2019 de [https://www.bnb.gov.br/documents/80223/2789548/20\\_Turismo\\_11-2017.pdf/ea5a38a7-ab86-9065-170e-b38724c96937](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/2789548/20_Turismo_11-2017.pdf/ea5a38a7-ab86-9065-170e-b38724c96937).

---

#### Notas:

<sup>i</sup> Caso o leitor tenha interesse em ter acesso a maiores informações sobre o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), uma cartilha explicativa e com maiores informações, foi disponibilizada pelo Governo, e poderá ser acessada através do link: [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/acao\\_municipal\\_para\\_a\\_regionalizacao\\_do\\_turismo.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf)

<sup>ii</sup> “A Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), criada em 18 de novembro de 1966 como Empresa Brasileira de Turismo, tinha o objetivo de fomentar a atividade turística ao viabilizar condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o país” (<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>)

<sup>iii</sup> Caso o leitor tenha interesse em ter acesso a maiores informações sobre os dados do turismo de 2014 a 2016, uma cartilha com maiores informações e dados, foi disponibilizada pelo Governo, e poderá ser acessada através do link: [http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional/item/download/964\\_616b0e66c036db76857f828354967e04.html](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional/item/download/964_616b0e66c036db76857f828354967e04.html)

O Mapa do Turismo Brasileiro pode ser acessado através de um sistema interativo através do link: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>

<sup>v</sup> O produto turístico ofertado é composto por um conglomerado de atividades que podem apresentar dois pontos de vista para o consumidor: os quantificáveis (transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, suvenires, entre outros) e os percebidos pelo turista (Santos e Kadota, 2012).